

Sexualidade, biopolítica e necropolítica: distinções conceituais e afinidades éticas

Luiz Felipe Zago¹

Mateus Aparecido de Faria²

Rodrigo Broilo³

Resumo: O artigo explora aspectos sobre biopolítica, necropolítica e sexualidade com base em Michel Foucault e Achille Mbembe. A pergunta central é: como a sexualidade opera nos diagramas da biopolítica, em Foucault, e da necropolítica, em Mbembe? O objetivo é explorar as convergências e divergências do estatuto da sexualidade nas obras de Mbembe e de Foucault, estabelecendo um diálogo com conceitos tangenciais à necropolítica para sublinhar sua produtividade político-epistemológica às pesquisas engajadas nas políticas de identidade sexual e de gênero. Conceitualmente, propõe distinções sobre o modo como a sexualidade opera nos diagramas biopolítico e necropolítico, indicando modos diversos de abordagem sobre corpo, vida, morte e política em ambos. Conclui-se com a sugestão de que as formulações sobre necropolítica de Mbembe, articuladas à biopolítica foucaultiana e à decolonialidade, possibilitam a nomeação conceitual, e seu correspondente escrutínio analítico, da promoção da morte de pessoas não *cisheterossexuais*.

Palavras-chave: Sexualidade; biopolítica; necropolítica.

¹ Mestre e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS na Linha de Pesquisa em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Pesquisador assistente do Projeto One Health - Strengthening Healthcare Management, sob coordenação da Universidade de Copenhague (KU) e Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EE-USP). Pós-doutorando (voluntário) junto à Escola de Enfermagem da UFRGS explorando os temas de promoção da saúde, saúde digital e comunicação em saúde.

² Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz (IRR/Fiocruz). Bacharel em Gestão de Serviços de Saúde pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aperfeiçoado em Educação Permanente em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pedagogo pela Faculdade Unyleya. Técnico-administrativo em Educação na Escola de Veterinária da UFMG.

³ Mestrando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduando em Direitos Humanos e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Graduado em Psicologia pela Universidade FUMEC.

Este ensaio tece considerações sobre biopolítica, necropolítica e sexualidade com base em Michel Foucault e Achille Mbembe. Parte de uma pergunta precípua: como a sexualidade opera nos diagramas da biopolítica, em Foucault (2012), e da necropolítica, em Mbembe (2018a)? Essa pergunta advém de duas inquietações: a primeira relacionada à recente proliferação do uso do conceito de necropolítica na comunidade acadêmica brasileira; outra, à abordagem de Mbembe sobre sexualidade em sua obra. Como exemplo, uma busca simples no Google Acadêmico usando a palavra “necropolítica”, feita em seis de setembro de 2020, resultava em 2.040 trabalhos em português. Uma nova busca realizada em vinte e três de junho de 2021, momento em que este texto foi finalizado, já eram 8.030 resultados, apenas em língua portuguesa. Já a busca combinada de “necropolítica” e “sexualidade” apontou 948 resultados na primeira pesquisa, ao passo que a mais recente retornou 2.280 publicações. Essa proliferação indica, em parte, a incorporação teórica possibilitada pelas traduções de *Necropolítica*, originalmente publicado em 2003 na Revista Public Culture: no Brasil, a primeira publicação foi na Revista Arte & Ensaios, em 2016, e a segunda pela editora n-1, em 2018. Ao que parece, o conjunto de enunciados da necropolítica vem respondendo a urgências do tempo presente.

A segunda inquietação é relativa à forma como sexualidade é teorizada nos escritos de Mbembe sobre necropolítica. O autor camaronês apoia-se nas proposições de George Bataille (2013; 2014), quando este correlaciona sexualidade, morte e soberania. A sexualidade não comparece na teorização sobre necropolítica como um dispositivo historicamente localizável, produto da regulação discursiva da *scientia sexualis*, tal como ocorre nas teorizações sobre biopolítica, em Foucault (2012). Supõe-se que há usos distintos do conceito de sexualidade nos diagramas da biopolítica e da necropolítica precisamente porque Foucault e Mbembe sublinham aspectos diversos de vida, de morte e de corpo em suas análises, apesar de ambos terem se utilizado de escritos de George Bataille em seus trabalhos, porém em diferentes vertentes..

Para sugerir respostas à pergunta central do argumento, retomamos aspectos propostos por Bataille (2013; 2014) sobre a experiência da sexualidade (, especialmente do erotismo, como o autor teorizava), e a noção de dispêndio, empregados por Mbembe. Buscamos, também, as considerações de Judith Butler (2004; 2012) sobre os conceitos de abjeção e precariedade e apoiamo-nos nas considerações de Peter Pelbart (2017) sobre as operações necropolíticas no Brasil. Assim, o objetivo é explorar as convergências e divergências do estatuto da sexualidade entre as obras de Mbembe e de Foucault; para isso, também se estabelece diálogo com conceitos tangenciais à necropolítica para sublinhar sua produtividade político-epistemológica às pesquisas engajadas nas políticas de identidade sexual e de gênero.

O argumento está dividido em quatro seções: a primeira seção explora os elementos que caracterizam a sexualidade nos trabalhos de Foucault e de Mbembe; a segunda expande as intersecções teóricas possíveis das discussões sobre necropolítica com a temática da sexualidade, apoiando-se nas considerações de Butler e de Pelbart; a terceira sublinha aspectos potentes de algumas pesquisas que utilizam centralmente essa articulação; finalmente, na seção de encerramento são pontuados os engajamentos éticos e teóricos das pesquisas que investigam as correlações entre a sexualidade e necropolítica.

Operando com sexualidade, biopolítica e necropolítica: distinções conceituais

Gilles Deleuze (2005) chama de diagrama a exposição das relações de força que produzem uma realidade específica, num momento histórico particular: é o modo característico como o poder enquadra a sociedade na qual atua. Nesse sentido, Deleuze identifica na obra de Foucault o diagrama da soberania, da disciplina, da biopolítica, de acordo com as formas próprias como o poder se exerceu em cada uma dessas sociedades

(DELEUZE, 2005). Um diagrama corresponde a uma dada sociedade, em um período determinado – o que sugere que biopolítica e necropolítica, mesmo sendo complementares ou encadeados, são diagramas cujas ênfases (sobre corpo, vida, morte e política) são distintas.

No diagrama biopolítico, a sexualidade é fundamental. A primeira razão dessa centralidade é apresentada por Foucault (2012) quando recusa a hipótese de que os discursos sobre sexo tenham sido alvo de repressão e que tenham se constituído em tabus nas sociedades ocidentais modernas, europeias. A abordagem de Foucault acerca da explosão discursiva sobre o sexo e sua ordenação, pelo menos desde o Século XVIII na Europa ocidental, historiciza a sexualidade, concebendo-a como uma experiência contingente, produto do que chamou de um dispositivo. Sustenta que a colocação do sexo em discurso acontece pela organização de relações de força específicas que cumprem regular os modos como se fala de sexo, não para interdita-lo, mas para melhor geri-lo e administrá-lo. “Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (FOUCAULT, 2012, p. 33). A emergência da produção “científica” da verdade sobre o sexo é chamada por Foucault de *scientia sexualis*, que organiza os discursos que explicam, interpretam, vasculham e supostamente desvendam a sexualidade desde múltiplos campos do saber. Herdeira da prática da confissão cristã, a *scientia sexualis* aspira à regulação discursiva sobre a verdade da sexualidade.

Este é um aspecto fulcral da “incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo” (FOUCAULT, 2012, p. 30): a multiplicação das sexualidades; a classificação das práticas sexuais consideradas periféricas em relação à prática reprodutiva; a patologização das práticas sexuais não reprodutivas; a busca, na carne de um corpo ou na história de uma vida, pelas razões sexuais individuais e a derivada especificação dos indivíduos praticantes. Supõe-se que as práticas sexuais manifestam uma verdade sobre o indivíduo que as pratica, e essa verdade ganha nomes, ganha uma história: “O

sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (idem, p. 51). Isto é: cria-se a valência de sujeito, um lugar em que alguém está assujeitado à verdade sobre sua sexualidade. A sexualidade, como “ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder” (p. 114), é forjada por meio da normalização da prática sexual reprodutiva do casal malthusiano no “movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual” (p. 45). Como norma, essa forma de sexualidade se torna cada vez mais silenciosa, embora rigorosa, permitindo o aparecimento de outros sujeitos em domínios discursivos capturantes: ocorre a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança masturbadora, a psiquiatrização do prazer perverso dos homossexuais.

Mais incisivamente, a sexualidade é o ponto articulador da anátomo-política dos corpos com a biopolítica da população. A sexualidade é a sutura que dá acesso, simultaneamente, à vida do corpo e à vida da espécie: “na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 2012, p. 160). Essa é a segunda razão pela qual a sexualidade é relevante no diagrama biopolítico. Ao capturar o sexo, o biopoder (o poder sobre a vida) administra ao mesmo tempo a materialidade dos corpos individuais e regula a realidade das populações, coletivamente. Mas a pregnância da verdade sobre o sexo instituída historicamente, o “pacto faustiano que o dispositivo de sexualidade inscreveu em nós é [...] que o sexo hoje em dia é de fato transpassado pelo instinto de morte” (idem, p. 170). A proeminência da sexualidade e do sexo no diagrama biopolítico se dá porque são experiências historicamente localizáveis, mas cuja verdade tornou-se hoje imprescindível para nossa viabilidade enquanto sujeitos vivos, a ponto de morrermos sem ela (FOUCAULT, 2012).

Foucault (2005; 2006; 2020) desenvolveu uma complexa agenda de pesquisas logo após a publicação de *A história da sexualidade I – a vontade de saber* perseguindo, precisamente, as diferentes formas históricas por meio das quais se forjava o sujeito, tais que não vinculavam sexualidade e verdade da mesma maneira como se dá

contemporaneamente. Para o autor, são essas subjetivações biopolíticas (que se forjam tal como o sujeito louco e o discurso médico, como o sujeito delinquente e o discurso jurídico, como o próprio “homem” e o discurso das ciências humanas) articuladas à sexualidade que precisam ser recusadas para, no seu lugar, criar outras formas de ser no mundo. Foucault vai abordar mais detidamente a biopolítica em seu curso de 1979, publicado posteriormente em forma de livro, “Nascimento da Biopolítica”, (FOUCAULT, 2008) de forma a reconhecer que eram necessárias às práticas governamentais racionalizar sobre os problemas que advinham das populações: “saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (p. 431). De forma que a biopolítica vai se constituir em ferramentas e tecnologias de ‘fazer viver’, operando o biopoder. Dessa forma biopolítica e biopoder não operam como sinônimos, mas como co-ordenadores do governo das populações.

Por sua vez, Achille Mbembe (2018a) apoia-se em parte nas teorizações foucaultianas para explorar o diagrama da necropolítica. Menciona as discussões de Foucault sobre soberania e biopoder, a partir de *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2010), e as transformações das formas de castigo e punição, em *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2006), para ilustrar o mapa das relações de força que correspondem a uma sociedade organizada pela política da morte. Porém, Mbembe vincula o biopoder às formas de estado de exceção e estado de sítio para analisar as relações entre Estado, morte, vida e corpo das populações não apenas da Europa, mas também do continente africano. O autor desloca, temporal e espacialmente, as coordenadas histórico-políticas do direito estatal soberano de matar. Para Foucault (2010, p. 219), o Estado nazista teria sido exemplar enquanto um Estado assassino, homicida e suicida, caracterizado como um paroxismo biopolítico que promoveu a morte de muitos em nome da assunção da vida de alguns. Já para Mbembe (2018a), a prática soberana de poder que decide sobre e implementa a morte de populações inteiras é constituinte da colonialidade europeia. Foi por meio do sistema de plantation, da figura do escravo, da produção de imaginários

culturais que legitimaram a violência, da suspensão dos controles e garantias da ordem judicial nas colônias, que a soberania instaurou e se manteve fora da Europa, por séculos, a formação específica do terror chamada de necropoder por Mbembe (2018a).

O modo como Mbembe aborda sexualidade, na segunda seção de *Necropolítica*, também marca um deslocamento (e descolamento) em relação a Foucault. A sexualidade é periférica em sua argumentação. O tema da segunda seção da obra, intitulada *Política, trabalho de morte e o 'dever sujeito'*, já sinaliza a posição específica que a sexualidade comparece na sua produção - enquanto um elemento, entre outros, da constituição do sujeito, em par com o trabalho de morte. Mbembe (2018a, p. 9) contrapõe a perspectiva contemporânea acerca da soberania que “privilegiou as teorias normativas da democracia e tornou o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território da soberania”. Nessa perspectiva normativa, soberania se avizinha de autonomia, razão e reconhecimento, a partir da autoinstituição e autolimitação de um sujeito racional. “Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública” (Mbembe, 2018a, p. 10). Por outro lado, Mbembe está engajado em analisar formas de soberania que promovem e instituem a destruição generalizada de corpos e populações humanas. Essas formas de soberania são o próprio diagrama necropolítico, que exige uma “leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade” (p. 11). No lugar da razão como verdade do sujeito, Mbembe sugere tomar as categorias concretas de vida e de morte: é por meio da relação com a morte que se instaura a verdade do sujeito.

Apoiado em Hegel (1992), Mbembe (2018a, p. 12) argumenta que o processo de se tornar sujeito implica a luta e o trabalho pelos quais enfrenta a morte, uma vez que o humano é o animal que sabe que morrerá. “Tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho de morte”; ou seja, com base em Hegel, tornar-se sujeito é não temer a morte e conviver com sua certeza. Nesse sentido, há outra definição possível de soberania. Ser

soberano é coabitar com a certeza da morte e “arriscar a totalidade de uma vida” (p. 13); e a política, “a morte que vive uma vida humana” (p. 12-13). É também em relação ao devir sujeito, à soberania e à morte que Mbembe evoca Bataille ao argumentar que “a morte não se limita ao puro aniquilamento do ser” (MBEMBE, 2018a, p. 13). Pois, de acordo com Bataille, a vida existe no confronto com a morte, e a morte é a forma mais luxuosa de vida. Por “luxuosa” não se entende “rica”, mas profusa, em excesso, em abundância (BATAILLE, 2013). O momento da morte, a convivência com a certeza da morte, são quando a vida é mais exuberante. Por isso, soberania “é a recusa em aceitar os limites a que o medo da morte teria submetido o sujeito”; ser soberano demanda pôr-se em risco da morte (MBEMBE, 2018a, p. 15-16). Assim, “a política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral”, na qual a constituição do sujeito se dá pelo permanente arriscar-se à morte (idem, p. 16).

Em um breve parágrafo, Mbembe (2018a) menciona sexualidade como um dos deslocamentos que, segundo ele, Bataille realiza em relação a Hegel no que tange à morte, soberania e sujeito. Baseando-se em Bataille (2013), Mbembe (2018a) caracteriza a sexualidade como uma experiência de violência em que os limites do ser são dissolvidos. Sexualidade estaria vinculada à apropriação (recolher em si, no corpo) e à excreção (expulsar de si, do corpo). A experiência sexual seria aquela que borra a circunscrição do sujeito, numa situação quase mística de dissolução por meio do êxtase. Por isso, o exercício da sexualidade possibilitaria uma pequena morte. “A verdade do sexo e seus atributos mortais residem na experiência da perda das fronteiras que separam realidade, acontecimentos e objetos fantasiados” (MBEMBE, 2018a, p. 15). Sendo uma pequena morte, a sexualidade é uma transgressão porque é atitude soberana do humano, arriscando-se a experimentar momentos de dissolução em nome de um prazer não reprodutivo (BATAILLE, 2014). Isso encontra ressonância com o conceito de continuidade e descontinuidade apresentado por Bataille (2014). Os seres humanos são descontínuos, sempre existindo em distinção entre um ser e os demais, como um

abismo que não consegue ser transposto. Bataille menciona que sequer a comunicação pode desfazer o abismo e a descontinuidade entre os seres. Mas é na atividade sexual que uma continuidade se torna possível, seja pela união dos seres descontínuos em um novo ser (reprodução), seja por essa pequena morte, que por breves instantes transgride em um ápice erótico os limites e interditos entre as descontinuidades envolvidas, tal como a morte o faz. A morte é experiência de transgressão do limite da vida, a partir de onde o ser deixa de ser descontínuo, não por uma ‘diluição’ em Deus ou outra força metafísica, mas por desfazer os limites de um ser que vive, posto que morre (BATAILLE, 2014). Esta seria uma aproximação possível entre a morte e a sexualidade no pensamento de Bataille.

Foucault também foi leitor de Bataille, demonstrando, assim como Mbembe, a importância do autor, apesar dos diferentes usos que foram feitos de seus trabalhos. Em 1963, Foucault escreveu sobre Bataille em *Prefácio à Transgressão*, na revista *Critique*, obra que hoje faz parte do volume três da coleção *Ditos e Escritos* (FOUCAULT, 2009). Nesta obra, Foucault vislumbra, na obra teórica e nos contos de Bataille, a sexualidade como uma transgressão, seja dos limites da finitude humana, seja de Deus, sendo este já morto desde Nietzsche. Galantin (2017) aponta que tanto em Bataille quanto na leitura de Foucault, a transgressão não é o outro do limite, mas o ser complementar. Não existe limite sem transgressão e nem vice-versa, em uma relação agonística. Na leitura de Foucault sobre a obra batailliana, é a linguagem erótica que vai fornecer não descrições de cenas, como em *Sade*, mas uma experiência de linguagem que coloca o ser em experiência com a sua finitude. Dessa forma, Foucault entende a importância da obra de Bataille mais além das definições da sexualidade como erotismo, mas como linguagem que seja produtora de subjetividade na experiência de um ser finito, levado a uma dessubjetivação, a um deixar de ser sujeito (GALANTIN, 2017). Ainda segundo Galantin (2017), a ideia de erotismo é tomada de generalizações, na busca de encontrar

experiências comuns a toda a humanidade e, por essa e outras razões, é descartada como forma de tratar a sexualidade.

Ao recorrer a Bataille, Mbembe (2018a, p. 5) oferece mais dimensões da soberania além daquela que ele próprio apresenta no início da sua obra: “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. A vida além da utilidade seria da ordem soberana; essa vida em excesso, em abundância, seria capturada pelo dispêndio da morte na forma de supressão e destruição da vida, como na guerra (BATAILLE, 2013, p. 21). Ainda, Mbembe sugere que a soberania é a recusa de limites que a pressão do trabalho de morte exerce sobre o humano, remetendo a Bataille. É nessa dimensão que a sexualidade é um dos meios de transgredir os limites colocados ao humano pelo medo da morte: “Do erotismo, é possível dizer que é a aprovação da vida até na morte” (BATAILLE, 2014, p. 35). É por suportarmos “mal a situação que nos prende à individualidade fortuita, à individualidade perecível que somos” (p. 39), por sermos mortais e cientes da pressão do trabalho de morte sobre nossa existência descontínua, que a atividade erótica “tem por princípio uma destruição da estrutura do ser fechado que é, no estado normal, um parceiro no jogo” (p. 41). Segundo Bataille (2014, p. 42), é pela busca da “dissolução das formas constituídas” do ser por meio da atividade erótica da sexualidade que transgredimos o limite imposto pelo trabalho de morte; nesse instante, somos soberanos. A atividade erótica é soberana porque viola os limites impostos pelo medo da morte, pelo medo da dissolução do sujeito (BATAILLE, 2014); é nessa direção que “a soberania definitivamente demanda o risco de morte” (MBEMBE, 2018a, p. 16).

No diagrama necropolítico, estamos numa distância considerável da sexualidade em relação ao diagrama biopolítico. Em Foucault (2012), a sexualidade é suporte do poder sobre a vida, e enquanto dispositivo histórico ela liga o sujeito à verdade. Em Mbembe (2018a), baseado em Bataille (2014), a sexualidade é um dos meios pelos quais se experimenta a morte, como dissolução dos limites do ser, numa

atitude soberana e transgressiva. Assim, as ênfases no diagrama biopolítico são sobre o corpo vivo, útil e produtivo, que reproduz a espécie humana pela prática do sexo normalizado, caracterizando uma política de fazer viver e deixar morrer, cujo momento da morte é precisamente quando se escapa do poder (FOUCAULT, 2010, p. 208). Já no diagrama necropolítico, a ênfase recai sobre a administração das formas de matabilidade, na manutenção de estados de terror que caracterizam a morte-em-vida de grupos e populações cujos corpos são matáveis, uma política da simultaneidade de deixar morrer e fazer morrer que radicaliza a já-sabida morte pelo humano. Nesse diagrama, a experiência da atividade erótica enquanto transgressão e dissolução é uma das formas de proximidade da morte no devir sujeito, tal que escapa da perspectiva normativa de soberania enquanto razão e autonomia. Portanto, na biopolítica e na necropolítica, o conceito de sexualidade é empregado de modos distintos e em estatutos desiguais, apesar da influência batailliana em ambos os autores..

Corpo, morte e a política do terror: nossa necropolítica sexual e tropical

Discernimos conceitualmente a sexualidade em Mbembe e Foucault. Mesmo que seu estatuto seja distinto e desigual em ambos os autores, reconhecemos uma tradição ativista na produção de conhecimento sobre as políticas de identidade sexual e de gênero, tal que realiza o escrutínio permanente da operação normativa que separa as vidas matáveis das vidas que valem a pena ser vividas (BUTLER, 2004). Essa tradição permite arregimentar arcabouços teóricos com o objetivo de analisar e intervir na realidade contemporânea que promove o amálgama entre corpo, morte e política do terror, cujos alvos são pessoas não-*cis*heterossexuais. Implicados nessa perspectiva, passamos a discorrer sobre conceitos que podem forjar mais consistentemente a ligação entre o exercício do necropoder soberano e a sexualidade enquanto um dispositivo histórico.

O trabalho de Foucault sobre a discursividade das sexualidades e o modo como elas são construídas socialmente catalisou o surgimento de diferentes estudos sobre *gays* e lésbicas, até o advento da Teoria *Queer*, hoje um grande conjunto de pensamentos engajados sobre sexualidade e gênero, mas nem tanto um arcabouço metodológico ou conceitual (SPARGO, 2017). Uma série de rejeições e apropriações ao trabalho de Foucault foram feitas nas décadas de 1990 e 2000, especialmente pelos movimentos organizados das diferentes identidades de gênero e sexualidade, bem como referente às problemáticas inerentes à pandemia de *HIV/AIDS*. Segundo Spargo (2017, p. 40-41), uma das principais autoras a “amadurecer” o trabalho de Foucault é Judith Butler, especialmente no que concerne ao gênero. Boa parte disso partia da crítica de que a obra foucaultiana se detinha apenas na dimensão masculina das homossexualidades. Butler acrescenta a dimensão performativa do gênero aos estudos sobre sexualidade ao mostrar que gênero não é uma categoria exclusiva da mulher, como defendiam movimentos feministas da época, mas é marcado pelo heteronormatividade, que coloca práticas homossexuais como abjeções (BUTLER, 2003).

Segundo Spargo (2017), Butler resgata o corpo, como lugar de centralidade no estabelecimento de identidades de gênero. Isso ocorre não por que há uma identidade em cada corpo que determinaria ações e comportamentos de certo gênero; ao contrário, é essa performatividade que marca os corpos como sendo de um determinado gênero, dadas as normas. Essas diferentes identidades, cada vez menos binárias e antagônicas, fazem surgir outras conceituações de Butler, como a condição precária:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. (BUTLER, 2015, p. 46-47).

A condição precária está diretamente associada com a abjeção de alguns corpos que não importam (e que não se materializam segundo o duplo sentido que há no nome original de seu livro *Bodies that matter*) por não serem nem inteligíveis epistemologicamente e nem terem existência política legitimada, algo não restrito apenas a sexo ou heteronormatividade, mas realizado em um processo discursivo (PRINS; MEIJER, 2002). Dessa forma, Butler amplia as questões referentes à biopolítica, ao marcar formas de vida que estarão fora de uma ontologia e de uma vida política de direitos.

Berenice Bento (2018) emprega esses conceitos, associados ao necropoder de Mbembe, para sinalizar o exercício de um necrobiopoder que almeja eliminar sistematicamente essas vidas que romper com a pureza da normatividade (branca, heterossexual, eurocêntrica, cristã), seja pela negligência em fazer viver, seja pela criação de condições de fazer morrer, numa constante diferenciação entre vidas vivíveis e vidas matáveis. Por sua vez, Fátima Lima (2018) resgata as formas apresentadas por Mbembe para implantação de uma soberania necropolítica, como a *plantation* e a escravidão, especialmente, enquanto colonialidade, para analisar a situação brasileira, cuja política de morte é racialmente marcada. Lima aponta que os traços de colonialidade, especialmente o caráter de estado de exceção que existia nas colônias, onde os donos, capitães do mato e senhores exercia o poder soberano de decidir quem morre, ainda persiste em nossa sociedade e transforma certos locais em uma experiência de “viver na dor”, sob constante vigilância, humilhação e limitação (MBEMBE, 2018, p. 68). Segundo ela:

Assim, nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheids urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (LIMA, 2018, p. 28).

Esta realidade brasileira, na forma de uma “Necropolítica Tropical” (PELBART, 2019), é caracterizada por duas dimensões importantes para nossa discussão. A primeira dela é a subserviência das bio e/ou necropolíticas a um capitalismo neoliberal que produz modos de subjetivação assujeitados. Por isso, descarta aquelas vidas que não servem ou não são incorporados à lógica do capital, através da violência estrutural neofascista. A segunda dimensão, que abre possibilidades para as análises que enunciaremos em seguida, é a dimensão antropofágica da brasilidade: a deglutição dos conceitos e o regurgito como algo novo e próprio. Talvez aí resida a importância da necropolítica e do necropoder, em suas múltiplas variações e complementações, para os pesquisadores de gênero e sexualidade brasileiros, pois permite fazer uma leitura do que é caracteristicamente brasileiro. Isso pode ser observado, como ilustramos no início deste ensaio, no aumento das produções acadêmicas que ocorreram entre 2020 e 2021.

O que a necropolítica permite enunciar?

Inobstante o fato de a sexualidade ter estatutos distintos no diagrama biopolítico e no diagrama necropolítico, o conceito de necropolítica tem sido crescentemente empregado para enunciar (e, às vezes, denunciar) as condições de horror promovidas pelo necropoder soberano na contemporaneidade direcionadas a corpos que rompem com a matriz *cisheterossexual* (BUTLER, 2012). Para ilustrar esse uso, e também para explorar possíveis afinidades político-epistemológicas, procedemos a uma busca simples por Dissertações, Teses no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado ao Ministério da Educação; no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao

Ministério da Ciência e Comunicação; e artigos publicados no SciELO Brasil . Os termos usados para as buscas foram “necropolítica” e “sexualidade”. As buscas foram realizadas em dois momentos diferentes: a primeira em seis de setembro de 2020, e uma nova busca realizada em vinte e três de junho de 2021. A inclusão dessa amostra ilustrativa da influencia dos termos sobre o campo acadêmico a presença dos termos “Necropolítica” no título e/ou resumo associados com análises e termos relativos à sexualidade. Dessa feita, obtivemos treze trabalhos que brevemente discutimos abaixo.

Autoras/es de algumas Teses e Dissertações encontradas posicionam-se criticamente em relação àquilo que caracterizam como modalidades de necropolítica, declinando-as: necropolíticas masculinistas em prisões (FERREIRA, 2019); necropolíticas espaciais (GOMES, 2018); necropolíticas ambientais (SILVA, 2019); necropolíticas trans (CARAVACA-MORERA, 2016; CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; RUCOVSKY, 2015) e de pessoas trans em situação de rua (SOMARIVA, 2019); necropolíticas de extermínio transfóbico (CAVICHIOLO, 2019) e necropolíticas queer (SOUZA JÚNIOR, 2019). A marca interseccional com raça também está presente nessas produções e é categoria central nas pesquisas de Almeida (2019), Somariva (2019), Ferreira (2019) e Gomes (2018). Uma tese (GOMES, 2018) menciona, em nota de rodapé, *A parte maldita* (BATAILLE, 2013); mesmo assim, essa citação não ocorre para sustentar teoricamente a discussão sobre sexualidade no âmbito da pesquisa. Em uma dissertação (OLIVEIRA, 2018), o livro *O erotismo* (BATAILLE, 2014) aparece somente na lista de bibliografias, mas não comparece na fundamentação teórica. Por outro lado, identificamos algo mais produtivo: as narrativas de implicação das/os autoras/es com os temas, com os espaços e com as/os participantes das pesquisas, apontam fortemente para a produção engajada de conhecimento, tal que almeja contrapor-se à promoção da violência necropolítica tangenciada pela sexualidade. Destacamos a produção de conhecimento politicamente engajada das pesquisas encontradas, o que aproxima eticamente esses trabalhos (CHAPKIS, 2013).

Nesse sentido, é produtiva a menção à pesquisa de Cavichioli (2019), que contempla exemplarmente o engajamento dos demais trabalhos. Ao investigar o processo de julgamento dos acusados pelo homicídio da travesti Dandara Katheryn, em 2017 no Ceará, Cavichioli sublinha a disputa pela nomeação da sua morte, na qual ora se negava, ora se afirmava o assassinato motivado por ódio (transfobia). O autor encontra a possibilidade de nomear conceitualmente a própria disputa em torno dessa nomeação, oferecendo importantes elementos para pensarmos os vínculos entre necropolítica e ética:

A necropolítica necessita da linguagem para esconder o discurso de morte. Alimenta-se da mentira. Minoritariza ou universaliza quando convém. Ao qualificar Dandara como aquela que pratica pequenos furtos, a que é adicta a drogas, ou a que “possui o vício social do homossexualismo”, *o discurso minoritarizante, como tecnologia da necropolítica, a aparta de quem com ela poderia se solidarizar*. Busca uma justificativa que a separe da multidão de outras mortas pela desumanização. A necropolítica precisa criminalizar Dandara. Afastá-la de qualquer forma de empatia que a resgate de seu destino previsível. De excluída a perigosa. A criação de uma inimiga, cuja morte não merece luto. (...) uma das estratégias da necropolítica é esconder suas tecnologias de morte: culpabilização da vítima como estratégia para apartá-la da multidão de excluídos; *aniquilação da empatia*; silêncio; negação (CAVICHIOI, 2019, p. 52-64, grifos nossos).

Exemplarmente, o trecho acima demonstra que os trabalhos que articulam necropolítica e sexualidade recentemente publicados no Brasil fazem das formulações sobre soberania necropolítica sua possibilidade conceitual de enunciar e analisar processos de degradação, precariedade e predação de pessoas não-*cis*heterossexuais. São produções acadêmicas engajadas na contestação da condição de terror e de morte-em-vida destas. E sua contestação se dá pelo escrutínio de tempos, espaços e corpos submetidos às mais desumanizantes situações de abandono à pobreza (SOMARIVA, 2019), à doença e à privação de liberdade (FERREIRA, 2018), à violência (GOMES, 2018; CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018; CARAVACA-MORERA, 2016) e ao racismo (ALMEIDA, 2019).

Conforme anuncia no título de sua dissertação, Souza Júnior (2019) argumenta que houve duas mortes de Xayana Shayuri Morgana, a Lili: uma ao longo de sua existência como pessoa transgênera, alijada das condições de inserção social e reconhecimento político; outra, no momento preciso de sua aniquilação, assassinada com 27 tiros. Nesse sentido, os grifos no excerto de Cavichioli (2019) ressaltam as operações de dessolidarização e de obliteração da afinidade entre humanos, caracterizadas como instrumentos discursivos das tecnologias de morte. Sublinhamos que a integralidade das pesquisas encontradas visa nomear os processos de promoção da morte de pessoas não *cisheterossexuais*, encontrando nas formulações sobre necropolítica um suporte conceitual para suas críticas ou denúncias. Se concordarmos que um dos mecanismos necropolíticos é o apagamento do vínculo ético entre humanos, permitindo a destruição generalizada de grupos e populações inteiras sem que isso implique em responsabilizações, o conjunto de produções recém-mencionadas se coloca como contestação epistemológica. São pesquisas que se re-ligam eticamente ao recusarem a “aniquilação da empatia” (CAVICHOLI, 2019, p. 64).

Assim, entendemos que a necropolítica, associada à sexualidade, ressoa nessas pesquisas como possibilidade de construções de articulações para nossas ‘necropolíticas tropicais’, que fazem morrer as não-hegemônicas pela ação ou omissão do Estado. O crescimento no uso do conceito de necropolítica para buscar elucidar as mortes de pessoas não-*cisheterossexuais*, negras, das classes sociais baixas, em situações múltiplas de vulnerabilidade, entre outras, demonstra que o conceito, não só ‘faz sentido’ para a realidade brasileira, como movimenta um conhecimento implicado dos pesquisadores. Nossa intenção ao mostrar esse quadro de produção, mesmo sem uma análise tão profunda e mesmo muito detalhada do que dizem, é mostrar sua importância. Fazer uma interlocução com a sexualidade fez mostrar que apesar de distinções conceituais, há afinidades éticas em seus usos.

A parte maldita da necropolítica

Conforme o exposto anteriormente, consideramos respondida a pergunta central deste artigo, mesmo que provisoriamente: como a sexualidade opera nos diagramas da biopolítica e da necropolítica? Em Michel Foucault, a sexualidade é concebida como um dispositivo, isto é, como uma experiência historicamente condicionada, discursivamente constituída, politicamente imantada. É a dobradiça articulatória entre a anátomo-política dos corpos e a biopolítica das populações na medida em que liga esses dois polos no funcionamento do biopoder. Já em Achille Mbembe, a sexualidade é uma das experiências de morte no devir sujeito, tal que escapa da perspectiva normativa de soberania enquanto razão e autonomia; a sexualidade se aproxima da morte precisamente porque esfacela os limites que circunscrevem o sujeito. Em Foucault, sexualidade se liga, em certa medida, à vida; em Mbembe, se liga à experiência de morte. Em ambos, Georges Bataille aparece como referência, mas em diferentes leituras. No diagrama biopolítico, o corpo vivo, estimulável, é o meio pelo qual o biopoder opera; no diagrama necropolítico, grandes números de corpos matáveis, passíveis de putrefação, são mantidos em estado de morte-em-vida, e o terror do trabalho de morte é o veículo do necropoder. Foucault, ao alçar a sexualidade como ponto central da ação do poder sobre a vida, assinala algumas subjetivações biopolíticas: a mulher histérica, a criança masturbadora, o homossexual perverso, o casal malthusiano. Por outro lado, Mbembe ressalta o devir sujeito em sua relação com os limiares da morte e a soberania em funcionamento no exercício do poder que promove o terror, no qual subjetivações necropolíticas são assinaladas: o escravo, o mártir, o sobrevivente.

Eis, então, a parte maldita da necropolítica: a cruel soberania do dispêndio absoluto da morte, do seu luxo e excesso catastróficos (BATAILLE, 2013). A maldição do excedente, da violência soberana da necropolítica, pode ser tal que opera tanto na

promoção da aniquilação física quanto na obliteração do laço ético vinculante entre humanos, suspendendo a responsabilidade recíproca de uma vida por todas as demais. É nesse sentido que a busca por trabalhos que abordaram articuladamente necropolítica e sexualidade nas três bases de dados assinaladas (Catálogo da Capes, BDTD e SciELO) apontou para uma afinidade compartilhada: a produção engajada de conhecimento. Esses são trabalhos que articulam os diagramas bio e necropolíticos, além de apoiarem-se destacadamente na perspectiva decolonial, como forma de contestação ao espraiamento das diferentes modalidades necropolíticas (trans, espaciais, masculinistas, de extermínio transfóbico, *queer*, da trans-ralé em situação de rua, como sugerem os temas das produções). É por essa razão que a não utilização nas pesquisas encontradas da abordagem sobre erotismo proposta por Bataille, tal como realizada por Mbembe, pode sugerir uma escolha estratégica, uma aliança epistemológica específica na produção de conhecimento implicado com os contextos particulares nos quais as pesquisas se desenvolveram. Outras análises também são possíveis, uma vez que esse ensaio apenas tangencia as possibilidades que todos esses termos suscitam.

Conforme sugerido na primeira seção deste artigo, é possível que as formulações sobre necropolítica de Mbembe tenham possibilitado a nomeação conceitual, e seu correspondente escrutínio analítico, de processos anteriormente chamados de desumanizantes. Por meio da obra de Mbembe, ora articulada à de Foucault e à decolonialidade, os treze trabalhos encontrados nesta pequena busca constroem diferentes lugares discursivos a partir dos quais enunciam análises de vidas, de mortes-em-vidas, que seriam outrora silenciadas.

Referências

- ALMEIDA, Poliane dos Passos. **Processos de subjetivação, corpos negros e cabelos crespos: estudantes negras em aliança**. 2019. 131 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

- BATAILLE, Georges. **A parte maldita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185305, p. 1-16, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto – enfermagem**, v. 27, n. 2, p. 1-10, 2018.
- CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso. **Histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica**. 2016. 351 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 175-191, 2018.
- CAVICHIOLO, Anderson. **Uma história de extermínio transfóbico no Brasil: a disputa de nomeação do assassinato da travesti Dandara Katheryn**. 2019. 94 f. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.
- CHAPKIS, Wendy. Productive Tensions: Ethnographic Engagement, Complexity, and Contradiction. **Journal of Contemporary Ethnography**. v. 39, n. 5, p. 483–497, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FERREIRA, Natália Damazio Pinto. **Necropolítica masculinista das prisões: uma análise do litígio estratégico brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. 2019. 378 f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade II – o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade III – o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade IV – as confissões da carne**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 1ª edição.
- FOUCAULT, Michel. Prefácio à transgressão. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, 2ª ed., Coleção Ditos e Escritos volume III, p. 28-46.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2006b.
- GALANTIN, Daniel Verginelli. A presença de Georges Bataille no pensamento de Michel Foucault: entre o ser da linguagem, insurreição e atitude crítica. **Revista dois pontos**., v. 14, n. 1, p. 213-228, 2017.
- GOMES, Fernando Bertani. **Necropolíticas espaciais e a instituição de masculinidades de jovens homens envolvidos na violência homicida na cidade de Ponta Grossa, Paraná**. 2018. 301 f. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- HEGEL, Georg. **Fenomenologia do espírito – parte I**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.
- LIMAS, Louisy de. **La petite mort: transgressão e gozo erótico**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129337>. Acesso em 18 de junho de 2021.

- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica** – biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- MUELLE, Camila Esguerra. Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 27, p. 172-198, 2017.
- OLIVEIRA, José Pedro de Almeida. **Na-va-lhas**: ruídos e (ex)tétik indisciplinados. 2018. 76 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PELBART, Peter Pál. **Ensaio do Assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.
- RUCOVSKY, Martin De Mauro. Necropolíticas trans*: Lei de Identidade de Gênero na Argentina. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 20, p. 10-27, 2015.
- SILVA, Pedro Henrique Moreira. **A bio-necropolítica das injustiças ambientais**: das vulnerabilidades humanas à tragédia-crime no município de Brumadinho/MG. 2019. 164 f. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte.
- SOMARIVA, Mariana. **Existir, resistir, desterritorializar**: uma cartografia da trans-ralé brasileira. 2019. 136 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SOUZA JÚNIOR, Udinaldo Francisco. **A morte e a morte de Xaynna Shayuri Morgana (Lili)**: necropolíticas queer em Cachoeira (BA). 2019. 117 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira.
- SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Seguindo de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, coleção Argos 2, 1ª edição.

Sexuality, biopolitics and necropolitics:
conceptual distinctions and ethical affinities

Abstract: The article explores aspects of biopolitics, necropolitics and sexuality based on Michel Foucault and Achille Mbembe. The central question is: how does sexuality operate in the diagrams of biopolitical, in Foucault, and necropolitical, in Mbembe? The objective is to explore the convergences and divergences of the status of sexuality in the bibliography of Mbembe and Foucault, establishing a dialogue with tangential concepts to necropolitics to underline its political-epistemological productivity to research engaged in sexual identity and gender policies. Conceptually, it proposes distinctions about the way sexuality operates in biopolitical and necropolitical diagrams, indicating different ways of approach to body, life, death and politics in both. It concludes with the suggestion that the formulations on necropolitics of Mbembe, articulated to Foucauldian biopolitics and decoloniality, allow the conceptual appointment, and its corresponding analytical scrutiny, of the promotion of the death of non-*cisheterosexual* people.

Keywords: Sexuality. Biopolitics. Necropolitics.

Recebido: 23/06/2021

Aceito: 05/04/2022